



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

**DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL:
A DIFICULDADE DE SE ESTABELECEER RELAÇÕES DIALÓGICAS¹**

Gustavo Pinto da **SILVA**
Mestrando em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

Hugo Aníbal G. **VELA**
Professor Doutor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

O meio rural brasileiro necessita construir um modelo de desenvolvimento capaz de promover a inclusão dos produtores que não conseguiram tomar parte das tendências econômicas atuais. Assim, analisam-se os aspectos relativos à comunicação no meio rural, bem como, a partir dos aspectos atuais, identifica-se a presença ou não de ambiente para construção de um modelo libertador. Fazem parte do ambiente de reflexão, a família rural, as organizações governamentais, os sindicatos rurais, as associações de produtores e os órgãos de extensão rural, neste caso específico a EMATER, Rio Grande do Sul. Mesmo diante da incomunicação detectada, conclui-se que não será com o antidialógico que será rompido o silêncio camponês, mas sim com o diálogo, o verdadeiro problematizador do silêncio, das causas e das soluções.

**COMUNICAÇÃO RURAL
MEIO RURAL - PESQUISA
AÇÕES DE COMUNICAÇÃO**

1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento do Estado Brasileiro encontra-se baseado na aplicação do conceito de crescimento econômico, de forma que os ajustes macroeconômicos promovam o alcance de melhores níveis de distribuição de renda. Logo, um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do País deveria refletir em mais riquezas, as quais seriam difundidas em benefícios para toda a população na forma de empregos e salários e, por conseguinte, acesso à saúde, educação, transportes, infra-estrutura, lazer, dentre outros, eliminando da realidade brasileira as desigualdades sociais, e por conseqüência, os fatos cotidianos da vida atual, como fome, violência e prostituição.

Segundo Mattelard (1994), este modelo tende a ver o desenvolvimento a partir de um aspecto evolucionista, pois entende que as sociedades nomeadas "*tradicionais*" e "*afetivas*" nada

¹ Trabalho apresentado no NP09 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Científica e Ambiental, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



mais são do que obstáculos ao desenvolvimento, e as sociedades denominadas “modernas” nada poderão fazer por elas, a não ser preservá-las. Assim sendo, se, por um lado, o modelo apoiado no binômio lucratividade e competitividade, passa a favorecer aqueles produtores capazes de produzir em quantidade e qualidade, por outro lado, está formando uma grande parcela, daqueles que não estão tendo a possibilidade de acompanhar as novas tendências econômicas e a supervalorização dos fatores de produção capital e tecnologia, em detrimento dos fatores terra e trabalho.

Afirma-se que os efeitos desta opção de modelo de desenvolvimento estão sendo desastrosos, e os resultados alcançam também o setor rural, o qual, muitas vezes, no entanto, passa despercebido diante do alcance que possuem as conseqüências urbanas, das quais se tem maior conhecimento. Conforme David (*apud* Leite *et al.*, 2000), somente entre os anos de 1985 a 1995, foram 1,95 milhões os estabelecimentos com área não superior a 10 hectares que foram obrigados a abandonar o campo. Ribeiro; Vivan (1999) acrescentam, que entre 1990 a 1995, quatro milhões de agricultores ou 13% da população rural do País, foram forçados a abandonar a atividade, principalmente, saindo de pequenas comunidades, onde a maior parte das fontes de geração de renda encontra-se na agropecuária, acarretando, conseqüentemente, a redução da importância política e econômica das atividades agrícolas e também destes pequenos municípios.

Segundo Everett Rogers (*apud* Mattelard, 1994), tal padrão de desenvolvimento está falido. Para o autor, ao se pensar em desenvolvimento deve se ter em mente um amplo processo de participação na mudança de determinada sociedade, buscando fazer progredir social e materialmente a maior parte da população, levando-a a ganhar controle maior sobre seu meio ambiente, numa situação de liberdade e de igualdade. Ao se falar em desenvolvimento, a população também deve aprender a exigir mais qualidade, mais direitos e mais atenção, ou seja, é necessário conscientização de que os pacotes prontos findaram (Brose, 2000). Além do mais, as instituições devem assumir uma postura de agente



promotor de desenvolvimento humano, levando em conta, também, a sustentabilidade necessária que este processo deve ter.

Cabe, portanto, repensar o modelo de desenvolvimento, principalmente, no que tange a zootecnistas, agrônomos, veterinários, engenheiros florestais, comunicadores, entre outros, ou seja, é preciso começar pelo desenvolvimento do meio rural, buscando a aplicação de um modelo libertador, dialógico, horizontal e sem manipulação. Somente desta forma, é possível a efetivação de medidas de combate à pobreza e desigualdade de renda, tratando de compreender e responder às necessidades concretas das pessoas, recursos, vontade, consciência de superação, desenvolvimento humano expresso em melhores oportunidades e melhores qualidades de vida. Este desenvolvimento de que se fala deve, obrigatoriamente, ser um processo integrado, com objetivos econômicos e sociais, com metas sustentáveis e que busquem incluir todos os homens e mulheres no acesso à riqueza, não criando desigualdades.

Neste contexto, partindo do pressuposto de que o ato ou efeito de comunicar-se é imprescindível no processo de desenvolvimento rural, este trabalho objetiva analisar os aspectos da comunicação no meio rural, bem como, a forma pela qual estes processos ocorrem, na atualidade, buscando, em última instância, uma integração do tema comunicação dialógica com o tema desenvolvimento rural.

2 A COMUNICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL

A comunicação, em seu sentido singular e conceitual, é o ato ou efeito de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos convencionados, quer através da linguagem falada ou escrita, de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado, sonoro ou visual. Este processo, segundo Araújo (2000), integra um emissor, o qual profere uma mensagem formada por códigos verbais ou não; um canal que deve cumprir a função de transmissor; um receptor, ao qual cabe o papel de decifrar a mensagem, no qual deve acontecer algum tipo de modificação. A partir desta conceituação, é possível observar que a noção de ruído passa a receber extrema relevância, visto que perturbações aleatórias podem intervir na



comunicação da informação, e, então, desorganizar, alterar ou modificar o resultado a ser obtido pelo receptor.

Ao falarmos em desenvolvimento rural, os aspectos práticos da comunicação (mensagem) recebem grande importância, pois passamos a trabalhar com um público, em grande parte, constituído por pessoas com reduzida escolaridade e pouco acesso à informação e, portanto, possivelmente, com dificuldade em receber ou formular mensagens que busquem as melhorias de suas condições de vida. A partir deste aspecto, a posição de Freire (1988) ganha importância, pois o conteúdo de comunicação não pode ser simplesmente transmitido de um sujeito para o outro, implicando numa reciprocidade que não pode ser rompida, ou seja, é diálogo, e, portanto, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo pelo outro sujeito. Se não houver acordo entre a expressão dos objetos, não haverá compreensão entre os sujeitos, impossibilitando a comunicação, e por conseqüência, qualquer medida que busque promover desenvolvimento rural ou melhoria da qualidade de vida da população rural.

Assim sendo, conforme esse mesmo autor, para que um objeto da comunicação seja compreendido de maneira semelhante pelos interlocutores, a comunicação deve ser estabelecida em dialogicidade, ou seja, que os sujeitos interlocutores incidam sua impressão sobre o mesmo objeto, e que o expressem através de signos lingüísticos pertencentes a um universo comum a ambos. Para Freire (1988), ser dialógico exige vivenciar o diálogo, empenhar-se na transformação da realidade e não invadir, manipular ou *sloganizar*. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em "*seres para outro*" por homens que são falsos "*seres para si*".

Sendo a comunicação praticada através de meios adequados, numa relação horizontal ou dialógica, de forma concreta, oportuna, clara e concisa, construída coletivamente, as pessoas podem descobrir interesses comuns e se perceberem capazes de agir, conjuntamente, sobre um determinado contexto. Logo, os processos comunicacionais terão exercido as suas funções, colaborando de alguma forma na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

3 O DIFÍCIL ATO DA COMUNICAÇÃO

Apesar de toda a conceituação e estudos relativos à comunicação no meio rural, mormente os realizados por Freire (1988), o processo de comunicação nesta forma dialógica, proposta pelo autor, parece difícil de ser praticado



tanto entre os produtores rurais, como entre os produtores e os agentes de desenvolvimento local. Este processo não é só difícil de acontecer entre o produtor e as instituições com que se relaciona, sindicato de trabalhadores rurais, associações de produtores rurais, EMATER, prefeitura municipal, mas também internamente, na própria família rural, primeiro espaço de socialização, onde começam a se desenvolver as idéias, valores e atitudes dos indivíduos. Esta limitação de diálogo acaba por gerar um círculo vicioso de entraves ao discurso democrático, se auto-perpetuando através da eliminação sistemática do discurso no qual interesses gerais deveriam ser livremente tratados, concebidos e discutidos.

O ambiente familiar seria o lugar onde o processo da comunicação deveria acontecer com o mínimo de ruído, pois ali, teoricamente, todos *"falam a mesma língua"*. Contudo, visto pelas bases tradicionais dos processos de incorporação do indivíduo à sociedade, perpetua-se uma não dialogicidade entre os membros da família. Em alguns casos, bastar apenas uma *"olhadela"* do pai ou da mãe (os possuidores do poder de decisão e aos quais sempre coube a palavra final), para que os filhos se calem e não emitam opinião. Desta forma, quando o indivíduo toma a direção de sua vida, ele próprio não consegue que a comunicação ocorra livremente, tanto pela falta de hábito, como pela nova conjuntura que se impõe, sobretudo, onde há interlocutores desconhecidos com os quais ainda não se estabeleceu uma relação de confiança e cujo discurso e atuações decorrentes não se encontram justificados.

Com o advento da *"modernidade"*, os meios de comunicação de massa também passam a tomar grande parte do tempo antes dedicados às conversas realizadas dentro do ambiente familiar. Findaram-se as conversas ao redor do fogão à lenha ou braseiro. Estes tempos, hoje, são dados aos programas televisivos, os quais passam a inserir hábitos, costumes e novas formas de vida do ambiente urbano no ambiente rural, acabando por transmitir a imagem enganosa de tecnologia, conforto e uma vida mais digna que estaria disposta nos centros urbanos. De acordo com Naves (1997), em lugar das conversas animadas nas tardes de domingo ou depois da janta, os programas de auditório e novelas ganham espaço na vida das famílias rurais. A televisão chega como um conforto da vida moderna que ocupa o lugar de honra e o horário nobre das famílias,



antes dedicados à conversação. Assim sendo, mesmo não sendo aquela o tipo de comunicação ideal, apesar das rígidas regras de convivência, ainda era possível se estabelecer o conhecimento mútuo entre os participantes e as conversas.

Nas organizações governamentais, principalmente, na maioria das prefeituras municipais, se perpetua uma relação de distância entre produtores rurais e pessoas que exercem os respectivos cargos públicos. Raramente, ocorre comunicação sobre os reais interesses dos produtores, restringindo-se, essencialmente, aos contatos e às relações de amizade já existentes. Segundo Araújo (2000), as ações do poder executivo correspondem a interesses bem definidos conforme a ideologia dominante e detentora do poder, além de ações que perpetuam hegemonias e famílias no poder. Assim, a comunicação assume um processo extremamente mecanicista e instrumental. Os programas ou projetos de desenvolvimento rural, quando existentes, são definidos sem mesmo antes consultar a parte mais interessada, os produtores rurais.

Neste contexto, não havendo a adesão dos produtores por falta de interesse ou por falta de informação, ainda serão taxados de conservadores, dependentes ou estáticos, cabendo a eles a culpa da ação não ter dado os resultados esperados. Mas como registrar qualquer progresso nas questões relativas ao desenvolvimento rural, se não foi estabelecido uma relação dialógica com os produtores, cabendo a estes apenas a manutenção da passividade aos acontecimentos, sem contestar nada, pois qualquer contestação pode trazer repressões contra algum serviço que lhe beneficie, tal como construção de estradas ou transporte escolar para os filhos?

No ambiente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a incomunicação também prevalece. Na maioria das vezes, os produtores sequer sabem qual é o papel da instituição ao qual são associados. Para eles, esta representação serve apenas para disponibilizar o acesso aos programas governamentais, tal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), encaminhar serviços burocráticos, tais como declaração do Imposto Territorial Rural (ITR) ou oferecer subsídios acerca de serviços médicos e odontológicos. Tal desinformação tem ocasionado a redução na participação dos sindicalizados, levando-os a não assumir a instituição como seu órgão de representação e defesa de seus interesses. A partir daí, a instituição acaba perdendo suas finalidades básicas.

No ambiente do dia a dia, pela proximidade existente entre as pessoas nas comunidades, poderia se esperar um processo mais contínuo de discussão a respeito do ambiente local, bem como formas que buscassem a alteração da realidade existente. Entretanto, todos são vizinhos e amigos, mas as conversas habituais se restringem a assuntos, como a conjuntura das explorações agrícolas, criações animais ou previsões do tempo, já que o clima é condição fundamental para o sucesso ou insucesso de suas explorações.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Contudo, quando se trata de realizar qualquer ação conjunta para a melhoria de alguma circunstância que favoreça a coletividade dos produtores, as dificuldades começam a surgir, parecendo existir uma auto-suficiência, além de elevado grau de concorrência entre as pessoas, o que inviabiliza a dialogicidade.

Em algumas associações de produtores rurais, por exemplo, sociedades civis sem fins lucrativos, órgão de representação mais imediata dos produtores, não se faz nada que não seja o encaminhamento para obtenção de recursos de forma angariadora e assistencialista. As reuniões dificilmente existem, e quando ocorrem, os processos de comunicação se dão de forma bastante tímida. Quando alguém expõe uma opinião, por exemplo, os presentes passam a se perguntar, mentalmente, quais são suas legítimas intenções e qual a validade de sua fala. No entanto, deixam de questioná-lo, mesmo que as dúvidas sejam maiores do que as certezas. Por outro lado, caso venham a questionar, quase sempre, as pessoas entendem isto como crítica ou encaram como constrangimentos provocados frente ao público participante da reunião, podendo até causar, em algumas situações e locais, discussões e inimizades.

Logo, na maioria das vezes, não ocorre entrosamento verdadeiro neste tipo de espaço. Na hora da reunião, discussão e encaminhamentos, quando muito, todos fingem que concordam. Porém, no momento da ação, não cumprem o definido, visto que isto contraria sua opinião pessoal. Sem falar, ainda, das vezes, em que a linguagem utilizada na reunião por alguns participantes é limitante a que outros participem do debate. As verdadeiras opiniões e comentários sobre o assunto discutido na reunião só são expostas na volta para casa com o amigo, no ambiente informal da família, ou no carterado do boliche, no domingo, quando, então, começam a surgir os posicionamentos reais, que, muitas vezes, ainda são transformados, espalhando-se, sob a forma de fofocas e intrigas entre as pessoas. Ou seja, foi dispersado o tempo das pessoas na reunião, o ambiente de discussão e a validade e importância da organização existente. Assim sendo, as associações de produtores passam a contribuir de forma limitada aos propósitos para os quais foram criadas, sem permitir nenhuma mudança na realidade dos produtores, uma vez que não existe confiança mútua entre os associados, e portanto, não existe uma comunicação horizontal.

Ainda nos resta falar dos órgãos de extensão rural, representado, no Rio Grande do Sul, pela EMATER. Na visão de Araújo (2000), os sistemas oficiais



de extensão integram o aparato ideológico do Estado. Logo, cumprem os interesses definidos pela ideologia dominante. No entanto, mesmo que atenda a estes interesses, conforme salienta a autora, é possível distinguir dois momentos que, independentemente da ideologia presente, marcaram a comunicação no ambiente rural. O primeiro momento foi baseado no difusionismo de Everett Rogers, através de uma visão mecanicista e instrumental da comunicação, quando se entendia que as inovações que colocariam os produtores num novo patamar de desenvolvimento seriam resultado da necessidade de segurança pessoal e social dos próprios produtores, levando em conta que o receptor seria uma pessoa com condutas indesejáveis que deveriam ser mudadas pela ação do emissor. Entre o emissor e o receptor, afetando a recepção, haveria a figura de um intermediário, geralmente, o líder de opinião, que adequaria a mensagem para a forma lingüística segundo a qual o receptor pudesse compreender.

O segundo momento surge, conforme Diaz Bordenave (1995), da descoberta da importância da face social do desenvolvimento, em contraposição à preocupação maior com a difusão do que com a educação. A comunicação se torna menos persuasiva e unilateral e mais pedagógica. A nova proposta é feita por Paulo Freire, o qual traz a idéia da necessidade que os camponeses teriam de participar de todo o processo das ações comunitárias, desde o planejamento até a avaliação, pois seria com a participação que seriam exercitados a reflexão, o raciocínio, a inteligência, a imaginação e a criatividade frente aos problemas do sistema de produção e das relações sociais. Tal educação eliminaria a imagem de um professor que tudo sabe e de um aluno que nada sabe, propondo uma relação comunicacional na horizontal, centrado no diálogo entre os sujeitos, construindo, coletivamente, o desenvolvimento do meio rural. Para Freire (1988), educar e educar-se na prática da liberdade é tarefa daqueles que pouco sabem. Por isto, sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais, em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. Ou seja, é sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais.

O modelo dialógico da comunicação e não da extensão, é o que, hoje, é proposto no Rio Grande do Sul pela EMATER/RS. Contudo, grandes dificuldades ainda deverão ser enfrentadas para que se possa estabelecer esta relação, e, conseqüentemente, os agricultores possam vir realmente a saber mais. Pelo lado dos técnicos, há dificuldade muito acentuada em estabelecer esta dialogicidade. Alguns, por vaidade pessoal da profissão, domínio ou qualquer outra razão, parecem ser detentores do conhecimento, almejando que seus pontos de vista e suas ações sejam vistas pelos agricultores com passividade e inferioridade.

Outros, mesmo que assumam uma posição dita *''dialógica e problematizadora''*, assumindo a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico, energético e social, no momento da organização e aplicação junto ao público,



mostram um comportamento altamente difusionista. Agem como difusores não de uma tecnologia produtivista, mas como impositores de novas formas de produção sustentáveis. Estas, mesmo que mais recomendadas, num primeiro momento, contrariam as percepções e práticas realizadas até então pelos produtores rurais, as quais, ainda, lhes dão condições de se manter no campo. Desta forma, cria-se um embate entre técnico e produtor, o qual inviabiliza futuras relações na construção da tão almejada melhoria da qualidade de vida.

Para Bordenave (1995), a maioria dos extensionistas é formado por técnicos egressos de faculdades de ciências agrícolas ou de escolas de técnicas agropecuárias. Por esta razão, tendem a manter seu trabalho sob uma orientação tecnicista e produtivista a que se prenderam em sua formação, sem a suficiente valorização do papel educativo que a extensão rural deve possuir. Pelo lado dos agricultores, há desequilíbrio de informação, poder e falta de hábito de argumentação, até pelo modelo anteriormente vigente, fazendo com que o produtor fique retraído, perdendo espaço e não conseguindo atender às suas reivindicações, além de perder a confiança na entidade de extensão, ou melhor dizendo, como Paulo Freire, na entidade que deveria promover comunicação rural.

Diante das situações anteriormente descritas, fica evidente que estamos diante de várias situações de incomunicação, podendo ser compreendido com facilidade a razão pelas quais encontram-se tantas dificuldades em construir o desenvolvimento rural. A falta de comunicação adequada e de diálogo inviabiliza a estruturação de relacionamentos mais abertos, a compreensão do outro e a possibilidade da construção de espaços de inter-relação em níveis mais amplos.

4 CONCLUSÕES

Parece difícil falar em desenvolvimento rural quando se observam tantas interfaces que acontecem na comunicação dentro das organizações que envolvem os produtores rurais. Segundo Freire (1988), neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há realmente, lugar para o diálogo. Portanto, o primeiro passo a ser construído na busca de um desenvolvimento mais equilibrado é a quebra dos paradigmas que inviabilizam o diálogo, para que depois, sim, possam ser implementadas outras ações nas áreas temáticas de produção, economia doméstica, água, saúde, saneamento, associativismo, gestão das unidades produtivas ou outras. Todas as tentativas que possam trazer benefícios em alguma destas áreas temáticas devem atingir, inicialmente, os interesses e problemas cotidianos dos agricultores sobre os quais eles poderiam se mobilizar, levando em conta, também, as novas tendências dos agricultores em relação à absorção das mensagens dos meios de comunicação de massa. Isto porque, hoje, o agricultor modifica sua interação e seu



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

relacionamento com os outros agricultores, com sua família, com a terra e com tudo o que está à sua volta, praticamente, a cada dia.

As reuniões com os produtores devem ser realizadas de tal maneira que busquem a dialogicidade dentro de um plano horizontal, trazendo soluções, de preferência, emancipatórias para seus problemas e não promessas alienadoras para o futuro. Deve-se levar em conta que as pessoas não tem mais tempo para sair, conversar, passear, manter uma série de atividades que antes, apesar de todas as dificuldades e de todo o aperto de trabalho, era possível. Logo, devem evitar ambientes vazios, que não tragam soluções para seus problemas ou angústias, e priorizar locais de encontro, onde possam sugerir e interrogar, de forma que, a cada reunião, surjam novidades, evitando-se o marasmo de reuniões quase nulas ou sem respostas.

Dos órgãos governamentais, espera-se mudanças na forma tradicional de governar, passando a interagir de forma mais próxima com o ambiente rural, que se encontra repleto de carências. O rural não pode mais ser visto como um ambiente que deve ser atendido de forma assistenciada ou paternalista, mas um local que pode se desenvolver de forma emancipada, gerando garantia de emprego e renda não só para a população presente no campo, mas também para aqueles que de lá tiveram de sair.

Dos sindicatos e associações, espera-se maior empenho das diretorias, de forma que atendam aos associados, que constituem, de fato, a grande razão de sua existência. Devem dar espaço ao diálogo, de maneira que possam suprir os anseios e demandas principais dos produtores rurais, fortalecendo, portanto, o processo de representações.

Os extensionistas precisam assimilar que o novo paradigma, conforme Bordenave (1995) ressalta, é problematizador e participativo. Em outras palavras, o bom extensionista deve ser um bom técnico, mas também, excelente comunicador e educador, buscando a perpetuação de relações dialógicas entre as partes.

Por fim, deve-se lembrar da citação de Freire (1988), para quem, não será com o antidialógico que será rompido o silêncio camponês, mas sim com o diálogo em que se problematize seu próprio silêncio e suas causas. Só assim poderemos atingir o objetivo exposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (*apud* Yunus, 2001), de que toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar sua saúde, seu bem-estar e o de sua família, sobretudo, no que concerne à alimentação, ao vestuário, à moradia, aos cuidados médicos, assim como, aos serviços sociais necessários. E mais, toda pessoa tem direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou em outros casos de perda dos meios de subsistência em consequência de



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

circunstâncias alheias à sua vontade. Caso contrário, estaremos, mais uma vez, sendo cúmplices do modelo excludente que se encontra em vigor, como inicialmente comentado.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

BORDENAVE, J. D. Extensão rural: modelos e métodos. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995.

BROSE, M. Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LEITE, P. S. et al. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2000.

MATTERLARD, A. **Comunicação - mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAVES, F. L. **A construção social da organização**: um estudo em duas comunidades rurais. 1997. 107 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997.

RIBEIRO, E. M.; VIVAN, A. M. Algumas questões sobre desenvolvimento e administração rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, 3., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s. n.], 1999.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2001.